



O LUGAR DAS IDEIAS: PANORAMA DE UM DEBATE

Júlio Cezar Bastoni da Silva*

* juliobastoni@yahoo.com.br
Doutor em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Araraquara).

RESUMO: O artigo visa oferecer um panorama do debate desencadeado pelo ensaio “As ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz, primeiro capítulo de seu livro *Ao vencedor as batatas* (1977). Os diferentes argumentos do debate, bem como outras contribuições que aclaram seu problema central – a situação dissonante do liberalismo no Brasil –, são aqui elencados e discutidos, de forma a compreender os motivos e as diferentes posições sobre o tema. Desse modo, críticos e teóricos que tomaram parte do debate, como Maria Sylvia de Carvalho Franco, Alfredo Bosi, Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, entre outros, perfazem o trajeto, ora exposto, de uma discussão que perdura por aproximadamente quatro décadas.

PALAVRAS-CHAVE: As ideias fora do lugar; Roberto Schwarz; liberalismo no Brasil; debate.

ABSTRACT: This paper presents an overview of the discussion triggered by the essay “Misplaced ideas” (“As ideias fora do lugar”), by Roberto Schwarz, published as the first chapter of his book *Ao vencedor as batatas* (1977). The different arguments of the discussion, as well as other contributions that clarify its main problem – the dissonant situation of liberalism in Brazil –, are here listed and discussed, in order to comprehend the reasons and the different positions on the issue. Thus, critics and theoreticians that took part of the debate, such as Maria Sylvia de Carvalho Franco, Alfredo Bosi, Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, among others, make up the path, here exposed, of a discussion that lasts for nearly four decades.

KEYWORDS: Misplaced ideas; Roberto Schwarz; liberalism in Brazil; debate.

No Brasil, historicamente, tanto o pensamento conservador quanto o progressista tiveram uma relação problemática com relação à prática local de formas institucionais, ideológicas, políticas, estéticas, entre outras, cujas matrizes encontram-se fora do âmbito estritamente nacional. Caracterizadas como *importação cultural*, *imposição externa*, *ideologias colonialistas*, *cópia* etc., a sensação de dissonância entre a prática local e a norma externa é praticamente ubíqua no pensamento brasileiro, tendo sido discutida, em várias formas, pelo menos desde a Independência. Essa questão parece ter possuído maior relevo até a primeira metade do século XX, período que compreende o Império, a Primeira República e sua crise e, em 1930, uma Revolução que tinha por caráter uma ideia de integração nacional, fora do jogo das antigas oligarquias estaduais, com partidos fragmentados localmente e interesses dispersos frente à máquina do Estado nacional, ainda que, no limite, por este gerenciados. O pensamento do período, nesse sentido, visava compreender um país cujo fardo colonial ainda pesava, tendo sobrevivido ao Império e desaguado na República com um enorme contingente populacional ainda restrito às áreas rurais e distantes dos mais elementares direitos de cidadania: a civilização brasileira não ficaria impune a três séculos de escravidão, extinta apenas um ano antes da Proclamação da República.

Tratava-se, pois, para os intelectuais do momento, de refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento brasileiro,

o que se deu em variadas chaves de leitura, com conclusões obviamente díspares. De aptidão racial à análise das instituições, do estudo das leis à agitação cultural nacionalista, o país se debatia para buscar um rumo próprio, como exige o percurso da modernização aos moldes europeus. É conhecida a afirmação de Oliveira Vianna sobre as constituições brasileiras – notadamente sobre a de 1891, vazada nos moldes estadunidenses –, de que elas não vingaram “na sua pureza” por não terem se assentado “sobre bases argamassadas com a argila da nossa realidade viva, da nossa realidade social, da nossa realidade nacional”.¹ Em outro espectro político, mas em argumento semelhante, é também famosa a passagem de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), na qual nota que “(...) trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra*”.² A verdade é que era dispersa, em boa parte da bibliografia da época, a sensação de dissonância entre o país oficial e o país real, o ordenamento jurídico e a norma costumeira, o Estado e a sociedade civil. Como diria Oswald de Andrade, no “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, acerca de Rui Barbosa, era comum a “cartola na Senegâmbia”,³ isto é, o desencontro entre ideia e vida, norma e prática.

Roberto Schwarz, em “As ideias fora do lugar”, explora exatamente este tipo de dissonância presente na realidade

1. VIANNA. *O idealismo da constituição*, p. XIV.

2. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 31; grifo meu.

3. ANDRADE. *Do pau-brasil à antropofagia e às utopias*, p. 5.

brasileira dos oitocentos. O ensaio, escrito como introdução à sua análise da obra de Machado de Assis em *Ao vencedor as batatas* (1977), não raramente obscureceu a própria problemática discutida nesta obra e em *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), dado que seu alcance extrapolou o âmbito dos estudos de literatura, em direção a uma explicação de certa *experiência* social brasileira, tendo como foco o século XIX, embora de alcance potencial à pesquisa do processo social brasileiro como um todo. O ensaio gerou uma série de respostas, se estendendo em uma polêmica que perdurou até recentemente, na segunda década do século XXI – quase quarenta anos após, portanto, sua publicação. Pretendemos neste artigo, pois, sem esgotar o assunto e as múltiplas posições, apontar as bases e o desenrolar da discussão acerca de “As ideias fora do lugar”, pontuando e discutindo os diversos argumentos apresentados ao longo do debate, bem como, quando conveniente, aproximando as questões suscitadas a análises correlatas, inscritas em diagnósticos e modos de pensar o país que se relacionem aos problemas presentes naquele ensaio.

DAS ‘IDEIAS FORA DO LUGAR’ AO ‘LUGAR FORA DE IDEIAS’

O debate em torno de “As ideias fora do lugar” centrou-se num ponto principal: a função do liberalismo no Brasil ou, mais precisamente, a adequação do liberalismo ao país.

Devemos entender *adequação* em dois âmbitos, intimamente relacionados na discussão: o primeiro, a dicotomia entre sua teoria e sua prática, isto é, a dissonância existente entre o liberalismo, enquanto horizonte societário, econômico e político, e a sua aplicação ao contexto brasileiro, socialmente excludente, de bases rurais arcaicas e fundado na mão-de-obra escrava. Trata-se, pois, de pensar o liberalismo enquanto uma ideologia – no sentido de uma “falsa consciência”⁴ –, embora em grau diverso do que se entenderia por ideologia no âmbito dos países centrais. Essa linha de argumento acaba por conceber, a partir do ensaio de Schwarz, que o liberalismo não teria aplicação no Brasil além da mera retórica, dado que ele pertenceria, de modo exclusivo, ao processo social que lhe sustenta, isto é, às nações cujas instituições e economias dariam guarida a este tipo de pensamento. Nesse sentido, essa primeira acepção – que com certa constância é atribuída, na polêmica, ao próprio ensaio de Schwarz – pensa o liberalismo enquanto uma espécie de instrumento, descartável talvez, utilizado pelas elites brasileiras de modo a resguardar seus interesses e legitimar sua dominação. Relacionado a este ponto, a segunda forma da questão da *adequação* está centrada nas peculiaridades do liberalismo “à brasileira”, isto é, na forma que ele assumiu no contexto local, em consonância à inserção brasileira na economia global. Essas duas formas de entender a questão da *adequação* do liberalismo no Brasil não constituem, no debate, posições alternativas:

4. LUKÁCS. *História e consciência de classe*, passim.

o que ocorre, no geral, é uma rejeição à concepção de uma ideia sem justificativa de existência no país – uma “ideia fora do lugar”, logo, entendida de maneira estreita – para, posteriormente, pensar a sua forma de adequação ao chão social brasileiro. Nesse sentido, a posição de Roberto Schwarz, em seu ensaio, foi constantemente entendida como uma forma de rejeição ao parecer de que o liberalismo teria função e se justificaria no contexto brasileiro, ainda que, na política e na economia, ao menos desde a formação do Estado-nação, ele desse constantemente o ar de sua graça.

No entanto, a questão deve ser levada a outro patamar, que nos permite compreender o desenrolar da polêmica. Deve-se lembrar, em primeiro lugar, que o ensaio “As ideias fora do lugar” constitui um preâmbulo para a análise da obra de Machado de Assis. Nesse sentido, a literatura de Machado se valeria de uma *experiência social* específica, brasileira,⁵ totalidade na qual a ideologia opera. Essa *experiência* é a base central do argumento de Roberto Schwarz, o que nota o “desconcerto” entre ideologia e base social, liberalismo e escravidão, impessoalidade burguesa e favor – na qual Machado seria “mestre” ao explorar suas antinomias.⁶ Desse modo, a literatura machadiana – notadamente nos romances da maturidade – operaria por meio de uma articulação entre a anedota local e a universalidade do sistema de ideias, mediada pelo narrador em primeira pessoa que, ao mesmo

tempo, obscurece e aclara o absurdo da conjunção – em uma palavra, a “volubilidade do narrador”, conceito utilizado por Schwarz para analisar a voz narrativa de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881).⁷ A *ilustração intelectual* do personagem Brás Cubas convive com a estrutura arcaica da qual depende, fundada na mão-de-obra escrava e na relação personalista que faz abstração da impessoalidade demandada pelo liberalismo. Do *desconcerto*, portanto, é criado certo tom de absurdo, que coloca em suspenso a validade das ideias no contexto brasileiro, mas também ressaltando seu caráter ideológico na própria matriz europeia. Por exemplo, que seria o estranho Humanitismo de Quincas Borba, senão uma filosofia do *status quo*, tão aparentada com o evolucionismo e o organicismo das teorias em voga à época?⁸ Da ironia sempre à espreita dá-se o conteúdo crítico, que evita filiações a qualquer corrente de ideias, num livre jogo entre a adesão distanciada e a isenção cética; novamente, a *volubilidade*.

Isto posto, pode-se entender a questão da dissonância que apresenta o liberalismo no Brasil. De um lado, nas palavras de Schwarz, “[era] inevitável (...) a presença entre nós do raciocínio econômico burguês”, bem como a presença do liberalismo político, em nome do qual se erigira a Independência e a primeira Constituição.⁹ Porém, “[no] plano das convicções, a incompatibilidade é clara”, dado que o “conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores”,¹⁰

6. SCHWARZ. *Ao vencedor as batatas*, p. 21.

7. SCHWARZ. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 29-31.

8. SCHWARZ. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 164-166.

5. ARANTES. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, p. 22, 90.

9. SCHWARZ. *Ao vencedor as batatas*, p. 13.

10. SCHWARZ. *Ao vencedor as batatas*, p. 13.

bem como sobre a estrutura social forjada neste contexto. Nesse sentido, se a existência do liberalismo não pode ser negada, não é menos verdade que se choca com a escravidão e a ausência do trabalho livre, causas das relações personalistas, da prática do favor, antagonistas da impessoalidade burguesa. Se na Europa esta forma ideológica encobria as contradições de classe, no Brasil a discrepância sobe de tom, tornando-se uma ideologia duplamente oca: “abalava-se na base a intenção universal”,¹¹ isto é, a prática local coloca em suspensão a própria efetividade dessas ideias em sua matriz. O pouco caso irônico de Brás Cubas, ou o ceticismo de Aires em relação às posições políticas em *Esau e Jacó* (1904), são frutos dessa disparidade entre a ideia e a prática, contradição básica da ideologia, mas muito mais gritante na periferia. Nesse sentido, o ensaio “As ideias fora do lugar” tem por base a experiência estética, embora a extrapole e ganhe foros de reflexão sobre as aporias brasileiras, ponto no qual o debate posterior se centra. E, fora da dimensão estritamente literária, toma o tom já descrito, que pensa a *adequação* do liberalismo no Brasil.

Em ensaio publicado em 2012, Schwarz afirma que o “mal entendido”, a razão da polêmica, “nasceu do próprio título” do ensaio.¹² Assim, afirma que nele “(...) pretendeu registrar uma das *sensações* mais difundidas no país e talvez no continente – a *sensação de que nossas ideias*, em particular as adiantadas, *não correspondem à realidade local* –, mas de modo

nenhum expressava a opinião do autor”.¹³ E é justamente uma reconstrução do título do ensaio de Schwarz que encima o pequeno texto – na verdade, uma curta entrevista – que abre o debate: “As ideias estão no lugar”, de Maria Sylvia de Carvalho Franco. A refutação feita por Franco baseia-se em premissas conexas às expostas no ensaio de Schwarz, sob um foco que visa integrar ideologia e modo de produção em uma unidade, sendo que suas contradições encontram ocorrência no próprio sistema mundial capitalista, sem a necessidade de distinção entre um meio social e outro na prática daquela ideologia. Em outras palavras, o que a autora propõe é que o liberalismo brasileiro, visto por Schwarz como algo particular, considerada a forma específica do capitalismo no Brasil, “aparece”¹⁴ quando do processo de instauração das relações de mercado. Ele seria, portanto, o mesmo no Brasil e nos centros econômicos europeus, justificadas suas peculiaridades pelo ajuste “(...) à estrutura social e política do país”.¹⁵ A autora, nesse sentido, aponta um esquema *dualista* na interpretação de Schwarz, que seria uma análise centrada nos contrastes brasileiros – moderno e atrasado, escravidão e capitalismo, liberalismo e favor etc. –, advindos estes das peculiaridades locais, com o sentido tácito de que a solução para estes problemas estaria na industrialização e numa reorganização das relações de classe no plano interno, que superariam os traços de atraso referidos. Em suma, sempre segundo Franco, a abordagem de Schwarz constituiria um

11. SCHWARZ. *Ao vencedor as batatas*, p. 21, 27.

12. SCHWARZ. *Martinha versus Lucrecia*, p. 165.

13. SCHWARZ. *Martinha versus Lucrecia*, p. 165-166; grifo meu.

14. FRANCO. “As ideias estão no lugar”, p. 63.

15. FRANCO. “As ideias estão no lugar”, p. 63.

16. FRANCO. “As ideias estão no lugar”, p. 64.

retrocesso, confiante nos valores civilizatórios do capitalismo, a partir do momento em que teria deslocado a crítica da essência mesma do sistema econômico à análise de uma disfunção ideológica no Brasil oitocentista.¹⁶

Como se vê, a recolocação do problema por Franco nada tem de superficial e responde à mesma premissa de Schwarz, de que as peculiaridades locais no processo ideológico se devem ao tipo de integração da economia brasileira a nível mundial. Desse modo, à parte a discordância de superfície, parece-nos que chegam ambos os autores à mesma questão. No fundo, o que Franco coloca diz respeito ao dilema da ideia que “não está no lugar”, concepção que também constará das críticas feitas por outros teóricos à noção de uma ideia fora de lugar. Neste caso, apesar de ambos considerarem que as particularidades da ideologia liberal se centram na própria estrutura local, Schwarz as caracteriza como uma ideologia dissonante, mas não *disfuncional*, ideia que embasa a crítica de Franco ao autor de *Ao vencedor as batatas*. Porém, o caráter “fora do lugar”, a nosso ver, não parece residir em uma rejeição de uma ideia “importada”, localmente disfuncional, portanto, ou mesmo no pressuposto de que possa haver um valor civilizatório do capitalismo na periferia, como as teorias desenvolvimentistas o afirmarão no século XX; baseia-se, alternativamente, em uma *sensação* disseminada, registrada por Sérgio Buarque de Holanda, de que nossas produções

parecem “(...) participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”.¹⁷ Assim, centra-se menos em uma filiação a qualquer corrente dualista do que em uma constatação de uma espécie de má-consciência nacional frente à presença da *dissonância* liberal – o liberalismo como arquétipo, porém não apenas ele – com relação à realidade do país. Essa dissonância, ou ao menos uma relação conflituosa com o ambiente social local em face do paradigma civilizacional, evidentemente, se dá também na representação estética – como Schwarz nota na obra de Machado de Assis.¹⁸ Em prefácio ao livro de Francisco de Oliveira *Crítica à razão dualista*, diz Schwarz da faceta abstrusa do desenvolvimento brasileiro frente à norma externa:

O avanço nos torna – quem diria – contemporâneos de Machado de Assis, que já havia notado no contrabandista de escravos a exceção do *gentleman* vitoriano, no agregado verboso a exceção do cidadão compenetrado, nas manobras da vizinha pobre a exceção da paixão romântica, nos conselhos de um parasita de fraque a exceção do homem esclarecido.¹⁹

Segundo Schwarz, portanto, a “ideia fora do lugar” não consistiria em uma ideologia sem função – base da crítica a ele dirigida por Franco –, mas em uma disparidade entre a fachada liberal e a experiência social atada ao atraso, o que gera a estranha conjunção por ele notada, o traficante de

17. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 31.

18. Sobre o dilema teórico com Maria Sylvia de Carvalho Franco, ressalvada a semelhança de pressupostos, Schwarz afirma que “(...) divergências teóricas monumentais podem originar-se, ao menos em parte, na diferença muito casual dos assuntos em que uns e outros se especializam”. SCHWARZ. *O pai de família e outros estudos*, p. 117.

19. SCHWARZ. “Prefácio com perguntas”, p. 18.

escravos com fumos à inglesa, o parasita e sua cultura ornamental etc. Essa experiência social, portanto, ganharia na obra de Machado forma estética, a qual ressaltaria a característica da dominação social no Brasil: o liberalismo *teria função* para a manutenção do *status quo*, sem prejuízo de seu cariz abstruso, dissonante.

Em semelhante nível de complexidade situa-se a contribuição de Alfredo Bosi, presente no ensaio “A escravidão entre dois liberalismos”.²⁰ Neste, Bosi parte da ideia de que teria havido dois modelos de liberalismo no Brasil: em linhas gerais, um deles vinculado aos proprietários rurais e dependentes da economia agrária exportadora, concentrado dos anos que se seguiram à Independência até o período central do Segundo Reinado e, o outro modelo, próprio da atuação dos abolicionistas, principalmente, predominando nos anos finais da Monarquia. Nesse sentido, afirma que a questão servil é que operaria a divisão entre os dois discursos liberais, um escudando a escravidão com base no exercício da propriedade privada e no livre comércio, o outro a abolição baseado nos modelos econômicos ingleses e norte-americanos. Desse modo, Bosi afirma ser “um falso impasse”²¹ a difícil equação entre liberalismo e escravismo, já que ideologia e instituição servil conviveram no Brasil oitocentista, ressaltada a diferença entre as duas práticas liberais já apontadas. O liberalismo, portanto, para Bosi, “estaria no lugar”, para usar a expressão de Maria Sylvania de Carvalho Franco.

Cabe lembrar, porém, o que nota Marco Aurélio Nogueira em relação a Joaquim Nabuco, um liberal que estaria mais relacionado àquele segundo tipo de liberalismo apontado por Bosi, mais próximo da matriz política europeia. A prática do liberalismo no Brasil, mesmo no abolicionista Nabuco, estaria pronta a defender posições conservadoras, dada a ideia – sem dúvida, de cunho político, mas não dissociada da realidade social do Brasil oitocentista – da falta de atores possíveis para engendrar um projeto de reorganização político-econômica, que daria outro matiz ao desenvolvimento brasileiro, tirando a preeminência do Estado imperial centralizado em nome da maior atuação da sociedade civil.²² Assim, o liberalismo se dá no Brasil, nas palavras de Marco Aurélio Nogueira:

(...) sempre muito vazio de inspirações igualitárias e democráticas, posto que às voltas com o ideal de construção do Estado nacional, não com a derrubada de um absolutismo qualquer; entre nós, ele se afirmou como liberdade da *nação* mais que liberdade do *indivíduo*; com essa última, houve sempre tergiversação, dado o delicado problema do escravo.²³

Nesse sentido, persistiria a prática de um liberalismo contraditório, de difícil realização, dada a dinâmica interna do país:

22. “O ‘prussianismo’ predominante, ao modernizar em termos conservadores a economia e a sociedade, *dificultava* a formação de bases sociais (capitalistas) a partir das quais não só as ideias ‘entrariam no lugar’, como a cultura nacional encontraria novas e melhores condições para um desenvolvimento coerente e original, assimilando crítica e criadoramente as expressões intelectuais de origem europeia”. NOGUEIRA, *As desventuras do liberalismo*, p. 64.

23. NOGUEIRA, *As desventuras do liberalismo*, p. 223-224.

20. BOSI. *Dialética da colonização*, p. 194-245.

21. BOSI. *Dialética da colonização*, p. 195.

24. NOGUEIRA, *As desventuras do liberalismo*, p. 65.

Não encontrando, todavia, bases internas condizentes com sua racionalidade formal, o liberalismo tinha que ser assimilado com certas ‘adaptações’ capazes de evitar os riscos de artificialismo; era obrigado a um ajuste para conviver com a escravidão, o latifúndio, a hipertrofia estatal, os mecanismos de cooptação e a ideologia do favor.²⁴

Vê-se, pois, que a análise de Nogueira se correlaciona diretamente à análise de Schwarz, guardando o sentido que imaginamos ser mais produtivo para pensar o jogo das ideologias num contexto particular do desenvolvimento capitalista. A ideia “estaria no lugar”, sendo mesmo funcional a certo tipo de prática política e econômica – a formação nacional e a propriedade escrava. No entanto, a situação de dissonância ou de desacerto permanece, o que obriga mesmo liberais como Nabuco a tergiversarem frente ao problema da conciliação entre a ausência de cidadania e o liberalismo político.

Mobilizando a teoria gramsciana, assim como Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho realiza uma explanação sobre a relação entre cultura e sociedade no Brasil, a partir de conceitos como “revolução passiva” e “via prusiana”. Ambos tratam de um processo de desenvolvimento capitaneado pelo Estado – “pelo alto”, por assim dizer – que, pela própria marcha do desenvolvimento e pelos interesses

políticos em jogo, acabam por “combinar” fases do desenvolvimento capitalista à moda clássica. No que interessa ao nosso debate, sobre a apropriação da “cultura universal”, isto é, das ideologias dos centros mais dinâmicos da economia, ou a relação se estabelece entre a nação em formação e as formas já constituídas e esteadas na integração à economia capitalista, afirma Carlos Nelson Coutinho:

A cultura universal, assim, não era algo externo, imposto pela força à nossa formação social, mas algo *potencialmente* interno, que ia se tornando *efetivamente* interno à medida que (ou nos casos em que) era recolhido e assimilado por uma classe ou um bloco de classes ligado ao modo de produção brasileiro.²⁵

Desse modo, considerando as condições que as classes encontram para se apropriar desta cultura – nela, o liberalismo, foco do debate –, a progressiva passagem para o capitalismo serviria para “colocar as ideias no lugar”, desmentindo ao cabo a inadequação.²⁶ Assim, sugere que, caso não houvesse discrepância entre o capitalismo central e suas periferias, não haveria particularidade na prática destas ideias no contexto local. Porém, como elas existem, e são determinantes, segue-se a ressalva de Carlos Nelson Coutinho:

Com o início da industrialização, ou, mais precisamente, com a transição do modo de produção interno à fase propriamen-

25. COUTINHO. *Cultura e sociedade no Brasil*, p. 45.

26. COUTINHO. *Cultura e sociedade no Brasil*, p. 47.

te capitalista (o que já se verifica também em certos setores da agricultura na época da abolição da escravatura, ainda que isso se dê de modo ‘prussiano’, ou seja, com a conservação de traços pré-capitalistas), as ideias importadas vão cada vez mais ‘entrando em seu lugar’, tornando-se mais aderentes às realidades e aos interesses de classe que tentam expressar. (...) Com isso, as contradições ideológicas que marcam a vida cultural brasileira do século XX aproximam-se cada vez mais – *ainda que sem jamais se igualem inteiramente* – às contradições ideológicas próprias da cultura do período.²⁷

27. COUTINHO. *Cultura e sociedade no Brasil*, p. 49; grifo meu.

Persistiria, assim, mesmo que atenuada ao longo do desenvolvimento brasileiro, certa inadequação que encontraria, novamente, respostas em nossa via particular de desenvolvimento. Desse modo, a nosso ver, o texto de Carlos Nelson Coutinho coloca em questão a mesma relação dissonante do liberalismo exposta por Schwarz, complementando-a e enriquecendo-a, sobretudo pela contribuição da teoria gramsciana, que ajuda a esclarecer alguns problemas de ordem política.

Em ensaio recente, “Liberalismo ou escravidão: um falso dilema?”,²⁸ Alfredo Bosi volta à discussão. Para isso, compara os discursos de dois parlamentares, um brasileiro – Bernardo Pereira de Vasconcellos –, outro norte-americano – John

28. BOSI. *Ideologia e contraideologia*, p. 303-312.

Caldwell Calhoun –, com fito de demonstrar que a convivência entre liberalismo e escravidão,

[atribuída] equivocadamente a uma peculiaridade brasileira, em termos de ‘farsa’ e ‘comédia ideológica’ própria do nosso ‘atraso estrutural’,²⁹ (...) revelou-se íntima e historicamente realizada em nações cujo desenvolvimento econômico e político serviria de modelo a países dito periféricos ou subdesenvolvidos.³⁰

Assim, Bosi enfeixa citações de discursos dos dois parlamentares, notando as semelhanças deveras impressionantes entre ambos. Estes discursos, essencialmente, revelam os interesses de classe dos escravistas norte-americanos e brasileiros, que ortodoxamente se referem ao liberalismo como forma de manutenção de seus privilégios, isto é, a propriedade privada – a qual compreendia a mão-de-obra escrava – e a liberdade de comércio, necessária à acumulação pela economia agrária. O senão desta comparação, a nosso ver, centra-se na utilização, pelo lado norte-americano, dos argumentos de um político sulista, isto é, de um proprietário cuja posição econômica guarda semelhanças diretas com o caso brasileiro. Como se sabe, o sul dos Estados Unidos possuía uma estrutura econômica semelhante à agrário-exportadora brasileira, baseada no regime de *plantation* e fundada na força de trabalho escrava, cujo funcionamento dura até a guerra

29. Os termos entre aspas referem-se à caracterização do liberalismo no Brasil por Roberto Schwarz em “As ideias fora do lugar”.

30. BOSI. *Ideologia e contraideologia*, p. 303.

civil no país. Não parece ser procedente, portanto, a afirmação de que escravismo e liberalismo conviveriam também em países que serviriam ao Brasil de modelo de desenvolvimento, de modo a desfazer a singularidade do caso brasileiro – singularidade, lembramos, referente aos países capitalistas centrais –, caso não se faça a ressalva de que as duas regiões guardavam semelhanças e singularidades que advêm de suas estruturas econômicas.³¹ Basta lembrar as profundas divergências entre norte e sul dos Estados Unidos, regiões política e economicamente muito diversas, que chegaram a uma guerra civil, ameaçando a União norte-americana, para que a comparação soe, apesar de legítima e correta, deslocada para os fins pretendidos. Além disso, não se trata de negar a convivência entre liberalismo e escravidão: ela ocorreu, a despeito de sua faceta paradoxal, que constitui a *sensação* de inadequação.

De passagem, também seria interessante colocar as opiniões de Fernando Henrique Cardoso, expostas em *As ideias e seu lugar* (1993), ainda que elas não se refiram diretamente ao problema cultural e ideológico, mas às teorias do desenvolvimento. Na introdução a esta obra, Cardoso afirma que dependência econômica não contrasta com desenvolvimento, antes, elas podem marchar paralelamente,³² já que o imperialismo, a partir dos anos 1950 do século XX, antes obstáculo econômico ao desenvolvimento, ganha o caráter

de mola propulsora de certo tipo de desenvolvimento industrial.³³ O que nos interessa, aqui, no entanto, é a formulação final do ensaio:

Já que a ‘questão nacional’ deixou de ser privilégio do empresariado local e do Estado, talvez possa ser recolocada do ângulo das classes populares. Mas para que isso se cumpra, e para que o estilo capitalista de desenvolvimento seja revertido, evitando-se a marginalização e a miséria, ao invés da ênfase ser posta apenas nas questões da acumulação, teria de ser posta, simultaneamente, na questão da igualdade. (...) Rever os padrões de dependência implica, por consequência, em rever as formas de exploração entre as classes e de dominação política.³⁴

Trata-se de um argumento semelhante ao desenvolvido por Marco Aurélio Nogueira: frente a uma ausência de bases sociais para engendrar o desenvolvimento – fruto da escravidão oitocentista –, as elites valem-se do liberalismo como forma de manutenção do *status quo*, criando a dissonância entre o discurso e a realidade. O que Fernando Henrique Cardoso aponta, nesse sentido, é a superação desta discrepância, a partir do momento em que as formas de desenvolvimento brasileiro se igualem às dos países centrais – para o que seria necessário dirimir a cisão social brasileira.³⁵ Trata-se do momento em que as ideias “entrariam no lugar”, para falar com Carlos Nelson Coutinho, cessando a aparência

31. PRADO JÚNIOR, 2000, p. 17-18.

32. Plínio de Arruda Sampaio Júnior explica esta aparente contradição: “Abstraindo os constrangimentos objetivos que não permitem que as economias periféricas possam repetir a trajetória das economias centrais mediante a implementação de uma política de desenvolvimento recuperador, este enfoque acabou racionalizando estratégias adaptativas de acumulação de capital que, sem questionar as bases do subdesenvolvimento, avançam nos interstícios dos espaços abertos pela conjuntura internacional”. SAMPAIO JUNIOR. *Entre a nação e a barbárie*, p. 52.

33. CARDOSO. *As ideias e seu lugar*, p. 20-21.

34. CARDOSO. *As ideias e seu lugar*, p. 25.

35. “[A] feição ‘copiada’ de nossa cultura resultaria de formas de desigualdade brutais, a ponto de lhes faltarem mínimos de reciprocidade (...) sem os quais a sociedade moderna de fato só podia parecer artificiosa e ‘importada’. O descaso *impatriótico* (adotada a ideia de nação que era norma) da classe dominante pelas vidas que explorava a tornava estrangeira em seu próprio juízo... A origem colonial e escravista destas causas salta aos olhos” SCHWARZ. *Que horas são?*, p. 46.

paradoxal do liberalismo e do capitalismo à brasileira. Se este horizonte continua aberto ou não, já é outra questão: a própria manutenção da dependência e o jogo do capitalismo no contexto local parecem bloquear essa conciliação almejada.

Nesse sentido, em comentário a *Critica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, Roberto Schwarz coloca, no tocante ao caráter do desenvolvimento brasileiro da metade do século XX, a opção das classes dominantes brasileiras “por formas de divisão do trabalho que preservassem a dominação social corrente, ainda que ao preço de uma posição internacional medíocre”.³⁶ Além disso, citando expressão de Fernando Henrique Cardoso, “a burguesia industrial havia preferido a ‘condição de sócio-menor do capitalismo ocidental’ ao risco de ver contestada a sua hegemonia mais à frente”.³⁷ Ressalta, pois, que a integração subordinada do país no capitalismo mundial se processa não por uma fatalidade do sistema capitalista, mas por uma forma de dominação também engendrada localmente, com características próprias, ainda que guarde semelhanças com a de outros países. Aqui se revela a importância analítica de separar, dialeticamente, a análise do processo social local e o entendimento do processo capitalista como um todo, dado que as peculiaridades locais, assim como acontece com a ideologia, proporcionam formas específicas de prática social que convém compreender. Este processo diverso, peculiar, é a base do exposto em “As ideias

fora do lugar”, a fonte da dissonância da prática liberal no Brasil. No aspecto propriamente econômico, Schwarz nota que as discrepâncias socioeconômicas brasileiras – figuradas nas concepções de atrasado e de moderno, arcaico e contemporâneo –, guardam funcionalidade para a acumulação local, visto que os traços de atraso “(...) não eram vestígios do passado, mas partes funcionais do desenvolvimento moderno do país, uma vez que contribuía para o baixo custo da mão-de-obra em que se apoiava a nossa acumulação”.³⁸ Assim, se explicaria a *sensação* de inadequação permanente, de uma convivência entre o ultramoderno e as formas sociais mais atrasadas, paisagem da qual a convivência entre liberalismo e escravidão fazem parte, durante os oitocentos. Convém lembrar que a arte brasileira explorou fortemente essa questão: lembremos não apenas de Machado de Assis, foco de Schwarz, mas também das alegorias nacionais do modernismo e do tropicalismo, por exemplo, que encenam um país paradoxalmente moderno e arcaico – expressão cristalizada dessa *diferença e desacerto* frente à norma.

Desse modo, talvez um ponto pacífico do debate, pode-se perceber que as estruturas herdadas do período colonial e carregadas República adentro, somadas à prática peculiar do liberalismo local, realizam a mesma reprodução do atraso em nome da modernização. Fora do debate, mas trabalhando com o mesmo problema, Florestan Fernandes propõe

36. SCHWARZ. “Prefácio com perguntas”, p. 13.

37. SCHWARZ. “Prefácio com perguntas”, p. 13.

38. SCHWARZ. “Prefácio com perguntas”, p. 18-19.

algumas indicações importantes sobre o liberalismo brasileiro nos oitocentos, tomado à época como um paradigma a ser seguido para o desenvolvimento da nação brasileira. Diz ele:

(...) o liberalismo, em suas conexões ideológicas e utópicas com os interesses dos estamentos dominantes, servia como disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, para racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista, bem como para justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e na *sociedade civil*, que lhe servia de suporte político e vicejava à sua sombra.³⁹

A afirmação de Florestan Fernandes vem ao encontro de nossa exposição. Como acreditamos, a partir de nosso ponto de vista, ter esclarecido, a questão sobre o liberalismo no Brasil, tal como levantada por Schwarz, não se trata de uma crítica de ideias que não teriam funcionalidade; ao contrário, tendo funcionalidade – e papel histórico – ela foi importante para evidenciar certas particularidades de sua prática local, entre elas o que chamamos de *dissonância*, para falar com o autor de “As ideias fora do lugar”. Trata-se, nesse sentido, não de atentar à ausência de funcionalidade, mas de notar que, no Brasil, com a manutenção das estruturas econômicas coloniais, o liberalismo funcionava como manto ideológico

– de resto, função própria da ideologia – teoria propensa a defender os interesses das classes dominantes, cuja atuação negaria o próprio discurso. O problema, portanto, encontra-se no choque frontal entre uma teoria nascida em um movimento político igualitário – contra os privilégios estamentais, contra o Estado absolutista etc. – e a manutenção de uma estrutura econômica escravista e de uma política que teria desconhecido o conceito efetivo de cidadania, barrado pela escravidão. Tudo isso temperado a práticas que negariam a racionalização e a burocratização típicas da modernização capitalista, dissolvida em personalismos, localismos, ausência de uma organização da sociedade civil, etc.⁴⁰ Trata-se, pois, o liberalismo local, de uma prática que não se completa, dadas as suas particularidades locais, em consonância com a formação nacional inconclusa. Há uma conjugação, portanto, entre prática liberal e manutenção do atraso, entre modernização e perenização de formas econômicas e sociais atrasadas sob o ponto de vista do capitalismo.

Ainda em Florestan Fernandes, algumas colocações de seu clássico *A revolução burguesa no Brasil* (2006) podem ajudar a aprofundar a questão. Florestan frisa a funcionalidade do liberalismo no Brasil, contra as concepções de que seria um “(...) elemento ‘postiço’, ‘farisaico’ ou ‘esdrúxulo’”.⁴¹ Nesse sentido, Florestan distingue duas funções para o liberalismo, tal como manifestadas no século XIX. Primeiramente, como

39. FERNANDES. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, p. 25.

40. Daí, explicam-se posições como a de Caio Prado Júnior, que diz ser o liberalismo um “pensamento econômico sem nenhuma justificação no Brasil”. PRADO JUNIOR, *História econômica do Brasil*, p. 312.

41. FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*, p. 54.

uma ideologia garantida pelas elites locais, para se manifestar contra o estatuto colonial, tendo, portanto, a funcionalidade de rompimento com a metrópole portuguesa; ainda, o liberalismo teria como função redefinir as relações entre a ex-colônia, as grandes potências e o mercado externo.⁴² Em segundo lugar, o liberalismo teria se associado à construção do Estado nacional, tratando da internalização dos mecanismos de comando e da “nativização dos círculos dominantes”.⁴³ Deste modo, “consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos ‘interesses internos’ com que elas se identificavam”;⁴⁴ trata-se, nesse sentido, de uma teoria para a criação de um mecanismo decisório interno que, não obstante, referendava para o estamento dominante o poder político, agora sob a ordem legal-racional. Seguindo com Florestan,

[pode-se] dizer sem subterfúgios, pois, que a absorção do liberalismo respondia a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionavam a associação livre mas heteronômica do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder.⁴⁵

Não poderia, aliás, ser de outro modo, já que, como se depreende da interpretação de Florestan, prática política local, privilégio estamental e continuidade de uma estrutura econômica herdada da colônia entravam em estranha conjunção

com a nova ordem legal constituída pelo Estado, ainda sob o domínio das elites rurais. Assim, a consolidação do Estado se deu conjugada “(...) aos antigos modelos patrimonialistas”, que “continuaram a ter plena vigência no nível do domínio senhorial propriamente dito (...)”.⁴⁶ Deste modo, e aqui voltamos à nota dissonante, há particularidades nesta prática liberal:

Estabeleceu-se, assim, uma *dualidade estrutural* entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal. Na prática, com frequência os controles reativos, suscitados pela tradição, prevaleciam sobre os preceitos legais.⁴⁷

Fica evidente, pois, com essa “dualidade estrutural”, um movimento entre uma prática social calcada na tradição – ou, mais modernamente, poder-se-ia dizer, na cultura política – e os novos aparatos institucionais para a garantia do poder. Deste modo, mesmo que tenha aberto caminho para a modernização e para o aparecimento posterior de uma elite disposta programaticamente a cumprir outras necessidades para a revolução burguesa brasileira – a extinção da instituição escravista, sobretudo –, não é possível desconsiderar a particularidade paradoxal de sua função no país: a sensação de dissonância notada por Schwarz. Nesse sentido, cria-se a figura do “*senhor-cidadão*”, assim conceituado por Florestan,⁴⁸

42. FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*, p. 52-53.

43. FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*, p. 53.

44. FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*, p. 53.

45. FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*, p. 54.

46. FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*, p. 56.

47. FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*, p. 56; grifo meu.

48. FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*, p. 60.

49. FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*, p. 59.

No mesmo sentido de uma “dualidade estrutural” do conceito de “senhor-cidadão”, Florestan cunha a categoria de “fazendeiro homem de negócios”, para caracterizar um dos agentes sociais para o encaminhamento da revolução burguesa no Brasil – um processo por si mesmo bastante particular, em sua lenta marcha: “(...) sendo também fazendeiro, ele não era um ‘homem de negócios’ qualquer: tinha atrás de si a auréola, real ou imaginária, da ‘tradição de família’” *Idem, Ibidem*, p. 142. E, evidentemente, esta “tradição” não deixaria de proporcionar “dividendos sociais e políticos” – em contradição e convivência com o liberalismo que também compõe a paisagem. *Idem, Ibidem*, p. 141.

50. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 12.

51. Evitamos inserir em nossa exposição o capítulo de Emília Viotti da Costa, “Liberalismo: teoria e prática”, de modo que esta discussão não soe redundante. A autora também identifica, como outros autores, no texto de Schwarz, apenas a dimensão aposta pelo título do ensaio, de quais equívocos já falamos, no tocante à questão da “imitação cultural”. COSTA. *Da monarquia à república*, p. 134. No entanto, perfaz caracterização semelhante do brasileiro das elites – próximo a Brás Cubas, como interpretado por Schwarz, ao “senhor-cidadão” de Florestan, etc.: “A convivência da ética da patronagem com a ética liberal reproduzia, no nível ideológico, a experiência de pessoas vivendo numa sociedade em que o capitalismo se desenvolveu dentro de uma rede de patronagem. >>>

que consolida uma “sociedade civil” particular, restrita às camadas superiores, que poderia exercer o comando político aliando à prática tradicional a dominação a partir do Estado: as normas constitucionais, assim, “(...) condicionavam uma tal concentração do poder político no nível dos privilégios senhoriais, que ‘sociedade civil’ e ‘estamentos sociais dominantes’ passaram a ser a mesma coisa”.⁴⁹ Isto é, excluem-se as camadas mais baixas da população, o que gera o paradoxo entre instituição liberal e ausência de direitos: o “lamentável mal-entendido” da democracia no Brasil, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda.⁵⁰ Nota-se, assim, na interpretação de Florestan Fernandes, uma certa identidade com o ensaio de Schwarz – e com o de Carlos Nelson Coutinho –, dado que é percebida a associação, no desenvolvimento brasileiro, das estruturas sociais e econômicas antigas com a nova ordem, sendo que aquelas se desagregariam muito lentamente, não obstante pondo à baila novos paradoxos à luz da necessidade civilizatória, sempre persistentes.⁵¹

Quanto à prática estética, ponto de partida de Schwarz, não é difícil vislumbrar o *status* contraditório de um personagem das elites, tal qual o *senhor-cidadão* que Florestan Fernandes identifica na história brasileira. A constituição paradoxal de um personagem como Brás Cubas não é tão diversa da de um Paulo Honório, de Graciliano Ramos, ou mesmo de um Miramar, de Oswald de Andrade: em todos eles, mesmo que

em maneiras diversas, é posta em relevo uma simultânea situação de empresário e feitor, burguês e aristocrata, cosmopolita e provinciano, que nada mais são que formas particulares da situação social brasileira, paradoxal e discrepante frente à norma externa. Além disso, podemos perceber que esta dissonância não está restrita apenas ao século XIX. José Antônio Segatto e Maria Célia Leonel, em artigo sobre *Grande sertão: veredas*, acentuam a dimensão do “sertão” na vida brasileira: adentrando as cidades e a cultura política, o “sertão” parece de fato estar, parafraseando Riobaldo, “em toda parte”. Tratar-se-ia de uma “modernidade bizarra”, na qual “[o] sertão foi progressivamente incorporado e, ao mesmo tempo, invadido pela modernidade – migrou para as cidades, urbanizou-se; foi integrado pelo capitalismo e pela nação”.⁵² Citando Brasília – um paradoxo modernista por excelência, um fato estético que invade a vida social e política –,⁵³ onde os agentes políticos mantêm, nas casas do Congresso, práticas patrimonialistas e personalistas; a dominação pela violência exercida por indivíduos de fora da máquina estatal de coerção nas periferias das grandes cidades;⁵⁴ ou ainda, ao contrário, agentes do Estado mancomunados com o crime, atuando fora das garantias legais, desrespeitando qualquer ideia do que venha a ser cidadania; enfim, o Brasil expõe seus paradoxos ao primeiro sinal mais atento. Vê-se, pois, que o paradoxo entre liberalismo e escravidão é apenas o arquétipo de uma série de contradições do desenvolvimento à brasileira, as quais são constantemente retomadas pela teoria social e pela

51. >>> Traduzia também as contradições dessa forma híbrida de *burguês-aristocrata* (*bougeois-gentilhomme*), *característico das elites imperiais brasileiras – um indivíduo que vivia no Brasil com os olhos na Europa*, ‘que tinha um olho no lucro e outro na etiqueta’; que se utilizava de escravos para produzir para o mercado internacional; e que *dependia da reprodução de estruturas arcaicas para implementar o processo de acumulação de capitais*. *Idem, Ibidem*, p. 168; grifo meu. Vê-se que Costa chega a conclusões semelhantes às aqui já expostas, sobre a particularidade do liberalismo no Brasil.

52. LEONEL; SEGATTO. *Ficção e ensaio*, p. 73.

53. Sobre Brasília e seus paradoxos, urbe cercada pelas cidades-satélites habitadas pelos moradores que ela mesma expulsou – e que, pelo seu projeto, deveria integrar –, indicamos o belíssimo curta-metragem *Brasília: contradições de uma cidade nova* (1967), de Joaquim Pedro de Andrade. Nada lembraria mais o mote de Oswald de Andrade: “A poesia existe nos fatos. Os casebres de açafão e de ocre nos verdes da Favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos”. ANDRADE. *Do pau-brasil à antropofagia e às utopias*, p. 5.

54. LEONEL; SEGATTO. *Ficção e ensaio*, p. 73-74.

estética. Assim, não é de se espantar que um ensaio destinado a introduzir uma discussão sobre a obra de Machado de Assis possa ter tido o alcance que tomou.

Em artigo sobre “As ideias fora do lugar”, Bernardo Ricupero, fazendo a ligação entre as interpretações do Brasil – os textos que pensam a *formação* da sociedade brasileira – e o texto de Schwarz, afirma que aqueles

(...) não deixam de apontar para uma certa tensão na relação entre forma e ambiente. Esse é também um dos pontos mais interessantes da formulação das ‘ideias fora do lugar’, que parece escapar aos seus críticos, Para além dos críticos, a noção de forma abre possibilidades que estão bloqueadas para outros conceitos, com carga menos conflitiva.⁵⁵

A dissonância, ou o “sentimento de despropósito”⁵⁶ entre o liberalismo e a prática local, que parece dar o tom de várias análises realizadas pelo pensamento social brasileiro, é aqui representado por uma ideia de “forma”, o que leva água ao moinho tanto da representação estética quanto da investigação ensaística. Nesse sentido, afirma Ricupero:

(...) pode-se considerar que a forma não é social apenas por realizar a mediação entre escritor e leitor, mas por fornecer o próprio material com o qual autor e o público lidam. Sua exis-

tência vai, portanto, além da consciência, sendo possível até se falar em algo como uma forma objetiva, expressão de certas condições históricas e sociais.⁵⁷

A “importação” de uma forma estrangeira, tal como entendida pelo pensamento social brasileiro, pois, e sua adaptação às condições sociais que as apropriam, longe de significar uma mera disfuncionalidade – como atesta sua aparência –, aponta para uma contradição central do capitalismo, entre a suposta universalidade da ideologia que o sustém e as contradições que engendra. Contradições ainda mais claras na periferia do capitalismo,⁵⁸ onde tais formas, à mercê de uma prática político-social que negaria seu aspecto primevo, de caráter pretensamente universal, apropriado por uma elite local que o utiliza como fator de dominação personalista, “pré-capitalista” e “pré-política”, projetam essas práticas particulares até mesmo na construção das instituições locais, como o Estado nacional.

Roberto Schwarz, retomando o problema da dissonância entre liberalismo e manutenção do atraso, relaciona a discussão realizada por Bosi, que distingue dois tipos daquela ideologia na prática brasileira, ao fracasso dos projetos modernizadores, em alguns dos quais o liberalismo cumpriu importante função histórica. Schwarz diz que “a história não desbancou só o projeto dos jesuítas, o liberalismo radical de

57. RICUPERO. “Da formação à forma”, p. 68.

58. RICUPERO. “Da formação à forma”, p. 65.

55. RICUPERO. “Da formação à forma”, p. 68.

56. SCHWARZ. *Sequências brasileiras*, p. 82.

59. SCHWARZ. *Sequências brasileiras*, p. 66.

Nabuco e a modernização varguista, mas sobretudo colocou em xeque o desenvolvimentismo e o socialismo”.⁵⁹ Não se trata, porém, de olhar o passado com a ciência do histórico problema da modernização do país, sempre posta em questão; cabe entender que a situação paradoxal do liberalismo e de outros movimentos de integração econômica está inscrita na própria prática dissonante destes no país, isto é, estes processos não encontram explicação apenas nos seus intuítos – generosos e revolucionários, em alguns aspectos, como o liberalismo de Nabuco –, mas no próprio modo como o desenvolvimento se imprimiu no país, conjugando avanço e exclusão, alimentando a mudança com a reprodução da dominação autoritária de classe. Nesse sentido, Schwarz refuta a análise de Bosi:

Em linha com Bosi, nunca imaginei que o liberalismo não tivesse funções no Brasil escravista; mas acho de fato que o cumprimento destas vem acompanhado de um travo virtual ou efetivo de inadequação, no que aliás não faço mais que repetir o lugar-comum dos contemporâneos [de Machado de Assis, no século XIX], queixosos da feição artificial de que se revestiria a modernidade no país.⁶⁰

60. SCHWARZ. *Sequências brasileiras*, p. 81.

Este “travo de inadequação” reside, portanto, justamente neste tipo de desenvolvimento que conjuga a mudança econômica com a reprodução da miséria, o moderno e o

atrasado. Talvez, inclusive, seja algo a se constatar na sociedade brasileira até a atualidade. Francisco de Oliveira, em ensaio sobre a obra de Schwarz, fala do desmanche e das contradições dos seguidos projetos de desenvolvimento nacional, que dessem conta de dirimir as gritantes contradições brasileiras. Das “ideias fora do lugar”, o Brasil pareceria “um lugar fora de ideias”, como um desenvolvimento esteado na prática neoliberal, em contexto no qual as formas de espoliação arcaicas ainda estariam presentes – para não se falar da antiga desigualdade e de uma segunda negação de direitos de cidadania que, mesmo ainda não universalizados, são agredidos pelas modernas teorias econômicas.⁶¹ Do paradoxo entre liberalismo e escravidão, portanto, pode-se perceber, ainda hoje, a persistência das contradições de base, que dão margem a outros tantos dilemas e sensações de inadequação: ideias de *outro clima* e *outra paisagem*, não obstante também irremediavelmente nossas.

O debate em torno de “As ideias fora do lugar”, como vimos, centra-se na questão da adequação do liberalismo no Brasil, da particularidade que este assumiu no contexto brasileiro. Esta questão deve ser apontada como o fio unificador da discussão: em todas as contribuições diretas ao debate, bem como em outras que pensaram problemas conexos, é evidente e geral a percepção de que a ideologia liberal não opera no Brasil como em sua matriz, em conjunção com o

61. OLIVEIRA, “Um crítico na periferia do capitalismo”, p. 150.

processo social específico da ex-colônia. Nesse sentido, ainda que não seja possível afirmar que não haja divergências entre as diversas contribuições ao debate, deve-se deixar claro que grande parte baseou-se numa premissa, no mais das vezes, deslocada, isto é, na presunção de que o liberalismo constituiria uma ideologia sem função no Brasil oitocentista, tal qual faria crer superficialmente a noção de uma ideia “fora do lugar” – em linha com o que parte do pensamento social frisara até, pelo menos, a primeira metade do século XX.

Na verdade, o que importa reter é a noção de uma ideologia que se encontra em dissonância com o contexto local, gerando arranjos de certo modo paradoxais: a convivência entre liberalismo e escravidão, norma burguesa impessoal e favor, liberalismo político e cidadania ausente, etc. Daí, tanto em Schwarz como em Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho ou Alfredo Bosi, entre outros, a percepção de que há particularidades no processo social brasileiro, o que recorre a questão das formas de integração do país ao circuito capitalista internacional. Assim, mesmo que fosse destinado a introduzir uma análise da obra de Machado de Assis, o ensaio de Roberto Schwarz ganhou corpo de uma explicação do movimento ideológico nas margens do capitalismo, extrapolando seu interesse inicial. À parte disso, é significativo que a crítica literária possa ter iluminado uma questão que transcende suas fronteiras; nesse sentido, a contribuição de

Roberto Schwarz dá seguimento a uma tradição da crítica brasileira, qual seja a de relacionar intimamente forma literária e processo social, iluminando sob este foco um e outro âmbito.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald de. **Do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. **Ideologia e contraideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. In: **Cadernos de debate**, São Paulo, n.1, pp. 61-64, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEONEL, Maria Célia; SEGATTO, José Antônio. **Ficção e ensaio**: literatura e história no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo**: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Orgs.). **Um crítico na periferia do capitalismo**: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 149-152.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: Ainda as 'idéias fora do lugar'. In: **Lua nova**, São Paulo, n. 73, p. 59-69, 2008.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000a.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000b.

_____. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-23.

_____. **Que horas são?**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. **Martinha versus Lucrecia**: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da constituição**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.